

## APONTAMENTOS E ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA E SOCIABILIDADE DURANTE A PANDEMIA: com o foco as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as leis norteadoras da inclusão

Jackeline Barcelos Corrêa <sup>1</sup>  
Amaro Sebastião de Souza Quintino <sup>2</sup>  
Nathália Rosalino Tamy <sup>3</sup>

### RESUMO

O autismo, embora tenha recebido destaque na literatura científica, demonstra lacunas a serem investigadas, principalmente no que se faz referência à sociabilidade e bem estar dos mesmos. É bem sabido que a sobrecarga de valores morais e preconceitos aumentam quando o tema passa a ser inclusão da pessoa autista, gerando polêmica quanto às diferentes formas de abordagem e de comunicação, isto acontece na sociedade, na família, com os pais e principalmente na escola. Nesta pesquisa pretende-se analisar a questão das estratégias de convivência e sociabilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as leis norteadoras de inclusão. Para a fundamentação do trabalho de pesquisa bibliográfica, os principais autores serão: Scassellati, Admoni, Mataric, (2012), Zanon, Backes, Bosa, (2014); Pereira, *et al.*, (2015); Pedreira e Costa (2017), Dias *et al.*(2017), entre outros estudiosos desse campo de pesquisa. A metodologia selecionada para a presente pesquisa foi uma revisão bibliográfica tendo como base as orientações do Gil (2012) e documental que versam sobre os direitos dos autistas. Portanto, considerando as limitações deste estudo, é necessário maior aprofundamento no cenário científico sobre o autismo no que se refere à estratégia para acalmar as crianças e os adolescentes, bem como a solidificação da produção científica nacional neste campo de estudo.

**Palavras-chave:** Estratégias de Convivência; TEA; Autismo; Inclusão.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo justifica-se pela importância tanto dentro do âmbito educacional, social como acadêmico, sendo uma maneira de contribuir de forma expressiva no processo de educação e sociabilidade voltada para a inclusão das crianças autistas.

As medidas positivas foram destacadas como estratégia de cooperação na inclusão dos autistas tanto na convivência familiar, quanto na escola. Destaca-se na presente pesquisa

---

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ), [jack.barcelos1@hotmail.com](mailto:jack.barcelos1@hotmail.com);

<sup>2</sup>Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ), [amarotiao@yahoo.com.br](mailto:amarotiao@yahoo.com.br);

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ - [nathaliarosalinotamy@gmail.com](mailto:nathaliarosalinotamy@gmail.com)

a importância de evidenciar o papel da arte como instrumento facilitador de aprendizagem e socialização em crianças autistas, considerando que esta atua como ferramenta de expressão e interpretação de experiências.

O uso da arte é o caminho proposto por diferentes estudos como instrumento mediador de aprendizagem e socialização considerando que esta funciona como um recurso de expressão humana universal.

O caminho interdisciplinar da Robótica Socialmente Assistida mostrou-se uma área potencialmente relevante para o auxílio ao diagnóstico para terapias de crianças com algum tipo de Transtorno do Espectro Autista e favorece a interação.

Para a fundamentação do trabalho de pesquisa bibliográfica, os principais autores serão: Scassellati, Admoni, Mataric, (2012), Zanon, Backes, Bosa, (2014); Pereira, *et al.*, (2015); Pedreira e Costa (2017), Dias *et al.*(2017), entre outros estudiosos.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica tendo como base as orientações do Gil (2012) e documental, com o objetivo de investigar, através de material teórico, aspectos relacionados ao trabalho escolar e a convivência com as pessoas que possuem o transtorno supracitado.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e com abordagem bibliográfica, pois foram definidos objetivos e os mesmos foram estudados por meio dos artigos científicos, livros e consultas referentes às leis vigentes no Brasil, para maior coleta de informações e melhor desenvolvimento deste tema.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Embora o Transtorno do Espectro Autista (TEA) seja um amplo campo de pesquisa, não existe uma porcentagem oficial de quantas pessoas possuem esse transtorno, mas estima-se que no Brasil sejam 2 milhões de pessoas, entre os quais, aceitaram essa realidade e desfrutaram dos avanços tecnológicos que lhes possibilitam ter uma vida melhor, existindo também famílias que não concordam, ou não receberam a orientação devida, e infelizmente acabam por prejudicar seus filhos (STOCK, 2018).

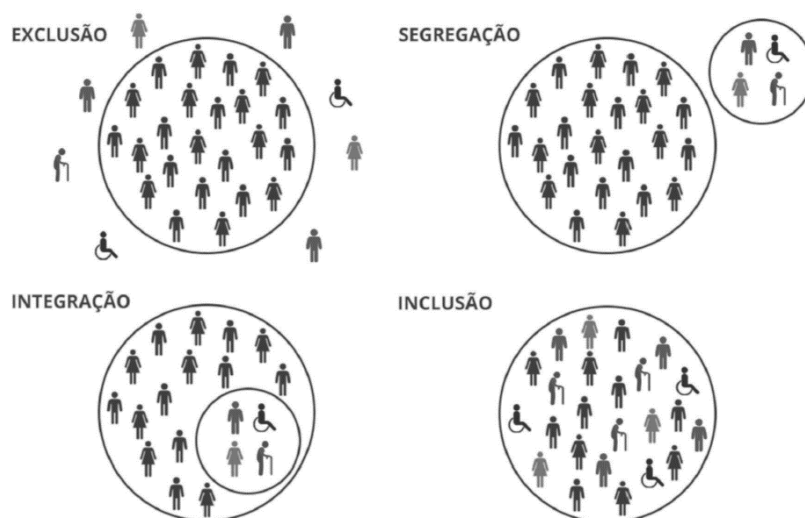
Pedreira e Costa (2017) consideram que a palavra “autismo” deriva do grego “autos”, que significa “voltar-se para si mesmo”. Benini e Castanha (2016) afirmam que os primeiros estudos direcionados ao autismo foram apresentados pelo médico Kanner na década de 1940.

O processo de inclusão da pessoa com autismo na escola regular não é fácil, porém é possível, e é papel da escola acolher essa criança da melhor forma, permitindo seu desenvolvimento por completo (DIAS *et al.*, 2017).

É preciso pensar na inclusão de fato e não na segregação dessa criança na escola e na sociedade. A segregação nos dias atuais é inadmissível, pois todos têm o mesmo direito de compartilhar espaços escolares e sociais.

O gráfico abaixo é bem didático para um melhor entendimento dos diferentes tipos de comportamentos que mesmo inconscientemente afetam os autistas na escola e na sociedade.

FIGURA 1: Diferença entre Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão



FONTE: UNESCO, 1994.

O direito à inclusão está inserido na busca pelo ideal de uma cidadania plena. Isso significa que viver o processo de inclusão é buscar pela mudança efetiva de pensamentos e atitudes excludentes e é nesse contexto que podemos pensar a educação inclusiva (SILVA e MULICK, 2009).

Ferreira (2009), destaca que a palavra incluir significa abranger, compreender e somar. Ainda para essa autora, quando se pensa em inclusão de pessoas com deficiência, trata-se de efetivar o direito de ter as mesmas experiências, além de aceitar o diferente e

aprender com ele. Cabe destacar que o processo de inclusão é muito mais que simplesmente incluir o indivíduo com necessidades especiais, consistindo em um processo que se inicia na escola, mas deve ser praticado também fora do âmbito escolar.

Desta forma, é imperioso observar a necessidade de preparar a sociedade e a família como também a escola para lidar com os indivíduos portadores do autismo, garantindo o ensinamento frente à convivência social, de forma que promova as relações afetivas, garantindo o cumprimento do mínimo existencial e a vida digna deste.

Nesse ínterim, Cunha (2009) conceitua autismo como:

O autismo é um transtorno invasivo e as pesquisas científicas creditam o comprometimento cognitivo comportamental à anomalias anatômicas ou fisiológicas do sistema nervoso central, hereditárias ou não. Está ligado a vários sintomas, onde a capacidade para pensamentos, jogos imaginativos e simbolização fica excessivamente prejudicada. O transtorno pode surgir nos primeiros anos de vida ou no decorrer do desenvolvimento da criança. Frequentemente, as anormalidades se tornam visíveis em torno de três anos (CUNHA, 2009, p. 8).

A partir do conceito de autismo e a necessidade de incluí-los no meio social, a pesquisa visa constatar estratégias positivas com crianças e com um pré-adolescente portador de TEA. Nesse sentido, a figura 2 retrata uma visão do menino no balanço, visto como uma estratégia desesperada de uma mãe, moradora de uma pequena casa. Nota-se que esta mãe tem como objetivo acalmá-lo, ao fato que este um adolescente autista e vivencia o período de isolamento físico e social ocorrido durante a pandemia do Coronavírus (COVID- 19). Deste modo, ela construiu um balanço dentro da residência como alternativa emergente em tempos pandêmicos para conter o comportamento de irritabilidade, inquietação e impulsividade do filho.

Em seus relatos o resultado é positivo e diz que ele passa horas quieto no balanço, ele está mais calmo e mais concentrado por causa dos movimentos repetitivos do brinquedo.

São atitudes simples que trazem excelentes resultados se tratando de um momento delicado com o da pandemia mundial que afetou drasticamente toda a população mundial, afetando emocionalmente também os comportamentos dos autistas por não compreenderem o motivo pelo qual eles não podiam mais sair de casa.

Em um estado de pandemia, como a da COVID-19, toda a sociedade teve que mudar os hábitos, tais quais: redobramos a higiene, evitamos sair de casa, de encontrar com pessoas, ficamos impossibilitados de seguir nossa rotina, tendo que nos reinventar, mantendo o distanciamento social, para sobreviver essa grande pandemia como afirma a UNESCO (2020).

FIGURA 2 - Balanço dentro da própria casa



Fonte de domínio público das redes sociais

A estratégia acalmou o menino pré-adolescente e só assim ela conseguiu trabalhar melhor, assim entende-se que, o balanço pode ser uma ideia replicada nas escolas para acalmar as crianças e adolescentes também.

A segunda estratégia foi o ensino das Artes que foi constatada com excelência na interação das crianças que segundo Cunha (2011), às características apresentadas por alunos autistas podem orientar os profissionais da escola sobre os tipos de práticas pedagógicas mais adequadas. Quando o educador é atento e dedicado, acaba percebendo os resultados positivos destas ações dentro da sala de aula.

Cada indivíduo lê o mundo de um jeito diferente do outro, às vezes uma imagem sensibiliza uma pessoa de uma maneira e não sensibiliza o outro. Muitas vezes vemos um desenho em uma obra de arte e o outro vê o mesmo desenho completamente diferente. Em suma, é a representação da linguagem artística que tem uma representação simbólica para cada indivíduo. A autora grifa:

Cada ser humano da sociedade, situada no tempo e espaço deixa suas marcas na maneira de registrar o seu modo de ver, e a História da Arte conta essa História. A história do mundo de percepção visual, das várias maneiras como o homem viu o mundo (...)  
(FREIRE, 2006, p. 13).

A mesma autora segue elucidando que:

Aprender a ver significa perceber significativamente as diferenças, gerando relações entre variedades complexas. Qualidades passam a ser definidas, direções, tamanhos e distâncias, propriedades como dentro e fora, compatibilidade, simetria, oposição e continuidade são reconhecidos, assim como, objetos, sujeitos, acontecimentos e situações. E a palavra passa também a nomear essas relações, ampliando em novas categorias e classificações é um processo constante de leitura de semelhanças e diferenças (FREIRE, 2006, p. 19).

Uma terceira estratégia pesquisada para melhorar a vida dos autistas foi a Robótica como estratégia terapêutica. A Robótica Socialmente Assistiva mostrou-se uma área potencialmente relevante para o auxílio ao diagnóstico para terapias de crianças com algum tipo de Transtorno do Espectro Autista (TEA) (SCASSELLATI; ADMONI; MATARIC, 2012).

A sigla TEA compreende uma classe de condições neurodesenvolvimentais que abrange “(...) comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades” (ZANON, BACKES, BOSA, 2014, p. 25; PEREIRA, *et al.*, 2015; SCASSELLATI, ADMONI, MATARIC, 2012).

Utilizado como estratégia terapêutica e educacional para crianças com TEA, o robô pode atuar como um professor (papel de autoridade), como um brinquedo (papel de mediador dos comportamentos manifestados pelo usuário), ou como um “proxy” (permitindo ao usuário expressar suas emoções) (SCASSELLATI; ADMONI; MATARIC, 2012).

Portanto, todas essas estratégias citadas ao longo da pesquisa, tanto o brinquedo, como o ensino da Arte e a interação robótica são estratégias de suma importância para a inclusão e para o desenvolvimento cognitivo, social e linguístico de toda criança.

A legislação vigente e o processo de inclusão são assegurados por diversos documentos em prol da criança autista. A Constituição Federal de 1988 é um aparato legal de extrema importância para a educação que mudou definitivamente a oferta da mesma nas instituições de ensino. Antes, o direito à instrução de qualidade estava destinado àqueles que detinham o poder, crianças bem posicionadas na sociedade, a maioria delas brancas, em contrapartida, a educação pública destinada aos alunos menos favorecidos não era obrigatoriedade do estado, portanto, cumpria o seu papel de assistência às camadas pobres da sociedade (AUGUSTO, 2014).

Essa concepção muda com a constituição em vigor, que de acordo com Art.6º “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a

proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988).

O direito a uma educação digna, que proporcione às crianças o pleno desenvolvimento intelectual, e também pessoal, foi sendo conquistado aos poucos no decorrer dos anos, principalmente no que se refere à Educação Inclusiva. Sabe-se que a luta contra a discriminação e a oferta de melhores condições estudantis para alunos da Educação Especial, ainda está longe de ter um fim, porém, as vitórias alcançadas até aqui são o impulso necessário para que a busca por melhorias aconteça.

O TEA é caracterizado por disfunções do desenvolvimento neurológico que normalmente se manifestam a partir dos 3 anos de idade, por ser o momento em que a parte neuronal do cérebro que lida com a comunicação e relações sociais não se conectam. É mais comum do que as pessoas pensam, sendo os meninos mais prováveis de desenvolver o transtorno do que as meninas (BRASIL, 2020).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) pode ocorrer em até 60 crianças entre 10.000, sendo este o transtorno mais conhecido hoje, presente no grupo dos Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD), caracterizando-se pelo agrupamento de prejuízos causados antecipadamente nas áreas comunicativa, social, e de desenvolvimento. Especificamente, a criança diagnosticada pelo autismo apresenta dificuldades na interação social, alteração na comunicação e padrões de interesses estereotipados (VALENTE, 2017).

Segundo Lima e Brito (2018), é uma das características do autista a falta de interação social e comunicação. Visto isso, ele necessita de auxílio para poder desenvolver-se e romper com suas limitações (MEDINA; LANG, 2018).

Lima e Brito seguem afirmando que, quando o professor almeja romper essas barreiras, é possível que o aluno alcance e realize as atividades propostas e conquiste sua aprendizagem. Januário *et al.* (2018) corrobora com a mesma ideia de que quando o educador está disposto a sanar as dificuldades de aprendizagens, ele as torna acessível a todos as crianças sem distinção.

Posto isto, entende-se que a família, a escola e a sociedade precisam estar juntas em busca da sociabilidade e melhoria da qualidade de vida dos autistas, bem como dos profissionais que contribuem para que eles tenham uma qualidade de vida melhor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a estratégia do balanço obteve resultado positivo para acalmar o adolescente dentro de casa durante a pandemia que tornou obrigatório o isolamento social. A interação com o mundo das artes também é de suma importância, pois, averiguou-se que as atividades artísticas, em relação às atividades pedagógicas cotidianas e convencionais, apresentam melhores resultados no rendimento de aprendizagem e socialização com crianças autistas, e estimularam maior foco e concentração e a participação de todos, bem como a aproximação e socialização dos mesmos.

Para os autistas se expressarem melhor eles precisam estar imersos nas Artes, experimentando as tintas, as cores, as músicas mediadas sempre por um profissional especializado em acompanhar o seu desenvolvimento cognitivo.

Após a literatura consultada considera-se que a proposta do sistema robótico, um robô móvel semi-autônomo voltado para o auxílio a terapias de crianças com TEA, apresentou resultados satisfatórios, considera-se ampliar os estudos interdisciplinares entre a pedagogia, a psicologia e a engenharia para proporcionar interações significativas entre as máquinas e os autistas.

A pesquisa alcançou o objetivo proposto de apresentar estratégias positivas por meio das artes e da robótica interativa embasadas nos estudos de diferentes autores de maneira interdisciplinar.

Portanto, considerando as limitações deste estudo, é necessário maior aprofundamento no cenário científico sobre o autismo no que se refere às estratégias para acalmar as crianças e os adolescentes, e para melhorar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das pessoas autistas, bem como solidificação da produção científica nacional neste campo.

## REFERÊNCIAS

**AUTISMO E REALIDADE. Novo documento afirma que 1 em cada 54 pessoas possui TEA.** 29 de maio de 2020. Disponível em:  
<<https://autismoerealidade.org.br/2020/05/29/novo-documento-afirma-que-1-em-cada-54-pessoas-possui-tea/>> Acesso em: 01 de maio de 2021.

**BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em:





<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 de jun de 2021.

BRASIL. LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. **Instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 30 do art. 98 da Lei nº8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 27 de dez. de 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48333/lei-n-12-764-2012-direitos-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista>> Acesso em: 01 de maio de 2021

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)> Acesso em: 15 de jun. de 2021.

BENINI, W.; CASTANHA, A. P. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: Desafios e Possibilidades. In: **Cadernos PDF**. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_ped\\_unioeste\\_wivianebenini.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unioeste_wivianebenini.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2019.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

CUNHA, A. E. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

DIAS, K. F. V.; SANTOS, A. P.; RODRIGUES, L. A. A Inclusão do autista na escola de ensino regular. In: **Anais do IV Congresso Nacional de Educação- CONEDU**, João Pessoa, 2017. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA11\\_ID311\\_17102017160042.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA11_ID311_17102017160042.pdf). Acesso em: 02 mai. 2019.

FERREIRA, M. M. Educação inclusiva: Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental. In: **Anais do II Encontro Científico e II Simpósio de Educação**, Lins, 2009. Disponível em: <<http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf>> Acesso em: 02 mai. 2019.

FREIRE, M. **Observação, registro e reflexão: instrumentos metodológicos.** 2º Edição. São Paulo, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

JANUÁRIO, C. E. A.; PINHEIRO, A. C. A. BARBOSA, T. L. Práticas Pedagógico-Musicais no processo de desenvolvimento de uma criança com autismo. In: **Anais do III Congresso Internacional de Educação Inclusiva e III Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva e Direitos Humanos**, Campina Grande, 2018, Disponível em: [http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV110\\_MD4\\_SA5\\_ID631\\_12082018185925.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD4_SA5_ID631_12082018185925.pdf)> Acesso em: 02 mai. 2021.



JENDREIECK, C. O. Dificuldades encontradas pelos profissionais da saúde ao realizar diagnóstico precoce de autismo. **Psicologia argumentativa**, v. 32, n. 77, p. 153-158, 2017.

LEBOYER, M. **Autismo infantil: fatos e modelos**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

LIMA, T. M. V.; BRITO, H. V. S. O autismo e a inclusão na Educação Infantil. In: **Anais do V Congresso Paraense de Educação Especial**, Marabá, 2018. Disponível em: <[https://cpee.unifesspa.edu.br/images/ANAIS\\_VCPEE/RELATOS\\_DE\\_EXPERIENCIA/OAUTISMOEAINCLUSO.pdf](https://cpee.unifesspa.edu.br/images/ANAIS_VCPEE/RELATOS_DE_EXPERIENCIA/OAUTISMOEAINCLUSO.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2019.

MEDINA, L.; LANG, A. C. S. Inclusão de um aluno autista em aulas de música numa escola do ensino básico da cidade de Pelotas - RS. In: **Anais do XVIII Encontro Regional Sul da Associação Brasileira de Educação Musical Educação Musical em tempos de crise: percepções, impactos e enfrentamentos**, Santa Maria, 2018. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/conferencias/index.php/sl2018/regs1/paper/view/3122/1542>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MENDES, E. G; VELTRONE, A. Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a inclusão escolar. In: **Anais do IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**. São Paulo, 2007. Disponível em: <[www.unesp.br/prograd/ixcepe/Arquivos%202007/5eixo.pdf](http://www.unesp.br/prograd/ixcepe/Arquivos%202007/5eixo.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PEDREIRA, A. S.; COSTA, M. L. S. **Autismo na educação infantil: desafios da qualificação do professor**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2017.

PEREIRA, A. C. dos S.; BARBOSA, M. O.; SILVA, G. G. da; ORLANDO, R. M. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): definição, características e atendimento educacional**, Educação, Batatais/SP, v. 5, n. 2, 2015, pp. 191-212.

SCASSELLATI, B.; ADMONI, H.; MATARIC, M. **Robots for use in Autism research, Annual Review of Biomedical Engineering**, v. 14, 2012, pp. 275-294.

SILVA, M.; MULICK, J. A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009.

STOCK, Adriana. **Quais são as teorias e as pesquisas sobre as possíveis causas do autismo**. [S. l.], 2 abr. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-43577510>. Acesso em: 19 ago. 2020.

VALENTE, Nara Luiza. A Lei 12.764/2012: uma análise da proteção jurídica ao autista. **Londrina PR, de 04 a 07 de Julho de 2017**, [s. l.], 7 jul. 2017. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/131625.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

ZANON, R. B., BACKES, B., BOSA, C. A. **Identificação dos primeiros sintomas do Autismo pelos pais, Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 30, n. 1, jan-mar 2014, pp. 25-33.